O GLOBO
Publicado em 05/12/2023 - 05:57

Alta de pedidos de recuperação judicial cria 'mercado da crise' no país

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Crise de empresas faz número de gestoras no setor saltar de 5 para 39

VITOR DA COSTA
vitor.santos@oglobo.com.br

Americanas, Starbucks, Marisa, M.Officer são algumas da longa lista de empresas que entraram com pedido de recuperação judicial este ano. Entre janeiro e outubro, segundo a Serasa Experian, foram 1.128 companhias no país a pedir proteção contra credores. O número já supera todos os 833 pedidos registrados no ano passado. A combinação de empresas em dificuldade financeira e crédito mais restritivo fomentou o mercado da crise composto por gestoras, consultorias e advogados especializados em lidar com as adversidades corporativas.

São gestoras que se concentram nas chamadas "situações especiais" ou *special sits*. Elas atuam no financiamento para empresas em recuperação, contam com fundos voltados para a compra de precatórios (débitos da União para os quais não cabe mais recurso na Justiça) e dívidas. Muitas acabam concedendo crédito nos casos em que os bancos não chegam.

R$ 13,4 BI PARA INVESTIR

Levantamento da Spectra Investments mostra que há 39 gestoras independentes nesse segmento, número que corresponde a quase oito vezes as cinco casas existentes em 2015. Juntas, têm R$ 13,4 bilhões de capital disponível para investimento. Em 2012, esse valor era de R$ 1,2 bilhão.

— Você tem no Brasil um ambiente muito frutífero para essa estratégia. Do lado das disputas judiciais, há um estoque de ações gigantesco que pode ser alvo de aquisições de fundos. Com juros altos, isso gera um impacto na capacidade de pagamento das empresas — destaca o sócio da gestora Spectra Investments, Renato Abissamra.

As gestoras não são as únicas a explorar o filão da crise. Grandes empresas em turbulência abriram caminho para batalhões de advogados especializados em lidar com a Lei de Recuperação Judicial e consultorias que atuam para intermediar contatos entre quem quer manter seu negócio de pé e credores que buscam receber o mais rápido possível.

O foco desse mercado é criar soluções mais adequadas às necessidades de cada companhia, que, por sua vez, poderão ver luz no fim do túnel por meio do acesso a crédito, mesmo que a custo maior.

— Uma construtora que tenha ações na Justiça ou precatórios, por exemplo, pode vender esse ativo judicial e se capitalizar — afirma a responsável pela estratégia de "situações especiais" da JGP, Luiza Oswald, explicando que normalmente o trabalho envolve ativos que requerem análise aprofundada do ponto de vista jurídico e financeiro.

A JGP lançou seu primeiro fundo de *special situation* em junho de 2021, que já está com recursos totalmente alocados. Desde então, outros dois já foram lançados, com cerca de R$ 300 milhões investidos.

CRÉDITO MAIS CARO

Segundo dados do Monitor RGF de Recuperação Judicial, desenvolvido pela RGF, o número de empresas no regime no Brasil atingiu a marca de 3.872 no terceiro trimestre. O estoque no fim do primeiro semestre era de 3.823 processos.

Segundo Rodrigo Gallegos, sócio da consultoria e especialista em recuperação judicial, esse aumento nas empresas no regime já era esperado. Muitas se endividaram no período em que os juros estavam baixos e o crédito era mais abundante. E não conseguiram lidar com a mudança de rumo. A pandemia drenou receitas e a crise da Americanas, no início do ano, teve impacto no mercado de crédito, com bancos mais rigorosos na hora de conceder recursos e alongar dívidas.

— Com a questão da Americanas, as companhias pararam de conseguir essa renegociação de dívida ou até dinheiro novo de forma muito abrupta. A Taxa Selic baixou, mas segue elevada e as empresas ainda não vão conseguir pagar esses custos financeiros. Devemos ver mais recuperações judiciais — destaca Gallegos.

MERCADO EM ALTA

Fontes: Serasa Experian e Spectra Investments *Acumulado no ano até outubro

EDITORIA DE ARTE

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.